



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Fazenda



Resultado do Tesouro Estadual – 1º Bimestre/2018

Vitória-ES, Maio/2018



SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2018 será de continuidade do ajuste fiscal nas contas públicas do Estado.

No primeiro bimestre de 2018 o Resultado do Tesouro Estadual foi superavitário em R\$ 437 milhões, que pode ser justificado pelo aumento real de 6,3% da receita de caixa.

A Receita Total do primeiro bimestre de 2018 apresentou crescimento real de 2,6% em relação ao exercício anterior. Somente imposto sobre circulação de mercadoria e serviços – ICMS atingiu um crescimento real de 5,4%.

A Despesa Total apresentou variação real positiva de 5,2%, frente a igual período do ano anterior. Destaca-se o aumento real de 20,2% nas despesas de custeio.



ÍNDICE

A. PODER EXECUTIVO

- 1 – Resultado do Tesouro Estadual
- 2 – Receita Orçamentária
- 3 – Receita de Operação de Crédito
- 4 – Despesa Total
- 5 – Despesa com Pessoal e Precatórios
- 6 – Despesa com Custeio
- 7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual
- 8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Operações de Crédito e Aplicações Mínimas

B. SETOR PÚBLICO ESTADUAL

- 1 – Resultado Primário
- 2 – Resultado Nominal
- 3 – Acompanhamento das Metas Fiscais

C. ANEXO I

- 1 – Painel dos Resultados do Tesouro Estadual



INTRODUÇÃO

A presente publicação apresenta o quadro das Finanças do Estado, com uma análise dos principais indicadores fiscais, das receitas e despesas, dos resultados do tesouro estadual, orçamentário, primário e nominal.

A composição e a evolução desses números, bem como os fatores que os influenciaram, podem ser conhecidas em tópicos específicos de cada item.



RESULTADO DO PODER EXECUTIVO



1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

O resultado do Tesouro é um conceito de poupança do Poder Executivo, no qual se deduz da receita de caixa (receita total deduzida das transferências legais e constitucionais que o Estado deve realizar e das demais receitas vinculadas) os duodécimos repassados aos Demais Poderes (Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) e as despesas realizadas com recursos de caixa.

A apuração destes valores demonstra, ao final, o saldo da execução orçamentária com recursos de caixa e a liquidez do Tesouro.



1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Tabela 1: Resultado do Tesouro Estadual

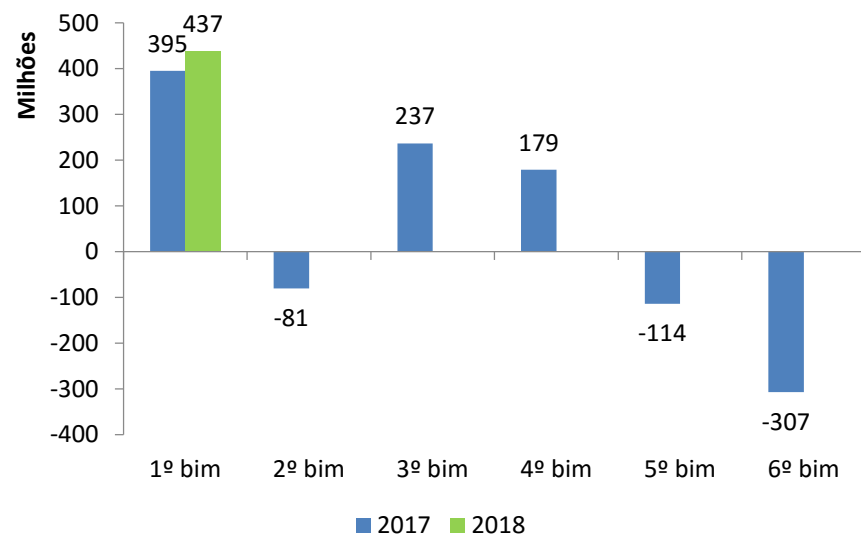
EXECUÇÃO DO TESOIRO	Até Fevereiro 2017	Até Fevereiro 2018	Variação		Variação 2018/2017
			Nominal (%)	Real (%)	
Receita de Caixa do Tesouro	1.779.081	1.944.479	9,3	6,3	165.397
Duodécimos aos Poderes	281.677	294.295	4,5	1,6	12.618
Despesa Liquidada do Executivo	1.102.169	1.212.735	10,0	7,0	110.567
PESSOAL	771.256	821.532	6,5	3,6	50.276
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	187.882	256.174	36,3	32,6	68.292
FINANCIAMENTO FUNDAP	73.777	57.216	-22,4	-24,6	-16.560
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	54.836	57.456	4,8	1,9	2.620
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	-	-	-	-	-
PAGAMENTO DO PASEP	13.205	12.738	-3,5	-6,2	-467
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	1.213	7.619	528,2	510,8	6.406
Resultado do Tesouro	395.236	437.449			42.213

Fonte: GECOG/SEFAZ



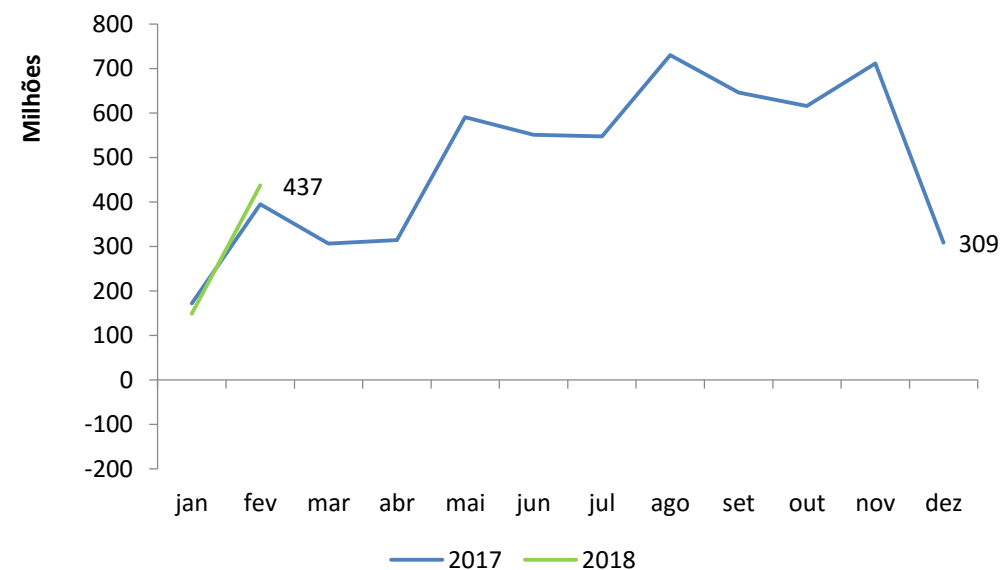
1 – Resultado do Tesouro Estadual (PODER EXECUTIVO)

Gráfico 1 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Bimestral



Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ

Gráfico 2 – Resultado do Tesouro Estadual – Poder Executivo - Acumulado



Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita Total realizada até o primeiro bimestre de 2018 apresentou um crescimento de **5,5%** em relação ao mesmo período de 2017. Descontada a inflação do período, verifica-se um aumento real de **2,6%**.

Tabela 2: Evolução da Receita Total

ESPECIFICAÇÃO	Até Fevereiro 2017	Até Fevereiro 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	Variação 2018/2017
RECEITA TOTAL	2.498.797	2.637.013	5,5	2,6	138.215
Receitas de impostos e taxas	1.744.832	1.889.173	8,3	5,3	144.341
ICMS - Inclusive FUNDAP	1.510.160	1.637.063	8,4	5,4	126.903
Taxas	75.936	84.283	11,0	7,9	8.347
Recuperação da dívida ativa	25.095	28.764	14,6	11,4	3.669
IPVA	28.389	39.417	38,8	35,0	11.028
IRRF	95.266	91.141	-4,3	-7,0	-4.125
ITCMD	9.985	8.504	-14,8	-17,2	-1.480
Receitas de Transferências	878.616	966.738	10,0	7,0	88.123
Royalties e Participações Especiais	311.968	334.564	7,2	4,3	22.596
FPE	251.786	275.878	9,6	6,5	24.092
Educação - FNDE e FUNDEB	153.182	171.177	11,7	8,7	17.995
Saúde - SUS	99.012	95.549	-3,5	-6,2	-3.463
Cota-parte do IPI	35.724	40.115	12,3	9,2	4.391
FEX e Lei Kandir	10.392	10.179	-2,1	-4,8	-213
Outras transferências	16.552	39.276	137,3	130,7	22.724
Outras Receitas (voluntárias e outras)	121.198	109.451	-9,7	-12,2	-11.747
Receitas de Operações de Crédito	15.313	55	-99,6	-99,7	-15.259
Receitas Transferidas	-719.854	-786.514	9,3	6,2	-66.659
Aporte de Recursos para formação do Fundeb	-293.179	-319.089	8,8	5,8	-25.910
Repasse Constitucional aos Municípios	-426.675	-467.425	9,6	6,5	-40.749
Receitas do Instituto de Previdência	458.693	458.109	-0,1	-2,9	-584

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (sem FUNDAP), realizada até o primeiro bimestre de 2018, apresentou um crescimento real de **6,2%** em relação ao mesmo período de 2017.

Tabela 3: Evolução da Receita ICMS

ESPECIFICAÇÃO	Até Fevereiro 2017	Até Fevereiro 2018	Varição Nominal (%)	Varição Real (%)	R\$ Mil Varição 2018/2017
ICMS (SEM FUNDAP)	1.426.153	1.557.944	9,2	6,2	131.792
Substituição Tributária	411.298	388.908	-5,4	-8,1	-22.390
Energia Elétrica	178.922	212.703	18,9	15,6	33.781
Diversos	18.501	35.219	90,4	85,1	16.718
Comércio Exterior	100.884	84.079	-16,7	-19,0	-16.805
Comunicação	306.964	342.341	11,5	8,4	35.377
Comércio	49.291	59.547	20,8	17,5	10.256
Simplex Nacional	64.161	67.489	5,2	2,3	3.328
Transportes	197.822	253.979	28,4	24,8	56.156
Indústria	98.310	113.679	15,6	12,4	15.369

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

Até o primeiro bimestre de 2018 a Receita de Caixa apresentou crescimento nominal de **9,3%** em relação ao mesmo período de 2017. Se considerada a inflação do período, temos uma variação real de **6,3%**.

DEFINIÇÃO: Receita de Caixa é constituída pela Receita Total do Estado, excluída as transferências constitucionais e legais aos municípios e as vinculadas a programas específicos.



Tabela 4: Receita de Caixa do Tesouro

ESPECIFICAÇÃO	Até Fevereiro 2017	Até Fevereiro 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil Variação 2018/2017
Receita Total	2.498.797	2.637.013	5,5	2,6	138.215
Receita Vinculada	719.716	692.534	-3,8	-6,4	-27.182
Receita de Caixa do Tesouro	1.779.081	1.944.479	9,3	6,3	165.397
ICMS NORMAL	1.065.772	1.163.952	9,2	6,2	98.181
ITCMD	9.985	8.504	-14,8	-17,2	-1.480
IPVA	14.194	19.709	38,9	35,0	5.515
Outras Receitas (Taxas, Contribuição,...)	126.431	145.647	15,2	12,0	19.216
ICMS FUNDAP	63.006	59.339	-5,8	-8,4	-3.666
Cota-Parte IPI	26.793	30.086	12,3	9,2	3.293
FUNDEB	128.099	158.072	23,4	20,0	29.973
IRRF	95.266	91.141	-4,3	-7,0	-4.125
Cota-Parte FPE	251.786	275.878	9,6	6,5	24.092
Receita Transferida ao FUNDEB	-293.179	-319.089	8,8	5,8	-25.910
Royalties e Participação Especial	290.929	311.237	7,0	4,0	20.309

ESPECIFICAÇÃO	Até Fevereiro 2017	Até Fevereiro 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	Variação 2018/2017
Receita de Caixa sem Rendas do Petróleo	1.488.153	1.633.241	9,7	6,7	145.089
Receita de Caixa do Tesouro sem FUNDAP	1.705.305	1.887.262	10,7	7,6	181.958

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



2 – Receita Orçamentária (PODER EXECUTIVO)

A Receita de Caixa realizada até o primeiro bimestre de 2018 representou **18,4%** do previsto para todo o exercício no Decreto de Programação Financeira.

Tabela 5: Receita Prevista x Receita Realizada

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Programação Financeira*	Até Fevereiro 2018	% Realizado	Últimos 12 meses
Receita Corrente Líquida	12.297.869	2.224.480	18,1	12.328.055
Receita de Caixa do Tesouro	10.554.205	1.944.479	18,4	10.674.321
Receita Vinculada	6.316.670	692.534	11,0	4.601.975
Receita Total	16.870.875	2.637.013	15,6	15.276.296

Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ

Nota:

*Decreto nº 4201-R de 08 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2018.



3 – Receita de Operação de Crédito (PODER EXECUTIVO)

Tabela 6: Receita de Operação de Crédito

R\$ Mil

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Até Fevereiro 2017	Até Fevereiro 2018	Varição Nominal (%)	Varição Real (%)
Operações de Crédito Internas	-	55	-	-
BNDES - PROPAE	-	-	-	-
BNDES BRT GV	-	-	-	-
CEF - Manejo de Águas Pluviais RMGV	-	55	-	-
CEF - PróMoradia	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	15.313	0	-100,0	-100,0
BID - PROFAZ	6.549	-	-100,0	-100,0
BID - PRES III	8.764	-	-100,0	-100,0
BIRD - GESTÃO INTEGRADA DE ÁGUAS E PAISAGENS	-	-	-	-
TOTAL*	15.313	55	-99,6	-99,7

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ

*Estão apresentadas apenas as operações em execução em 2018

Dentre as receitas de Operações de Crédito, destacam-se as destinadas à melhoria da infraestrutura viária do Estado, com projetos específicos para a Região Metropolitana, como o Programa de Águas Pluviais com a CEF, o Programa Rodoviário III com o BID e o Gestão Integrada de Águas e Paisagens com o BIRD.



4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa Total do Estado apresentou um aumento real de **5,2%** até o primeiro bimestre de 2018, comparada ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 7: Despesa Liquidada - Poder Executivo / Todas as Fontes

ESPECIFICAÇÃO	Até Fevereiro 2017	Até Fevereiro 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2018/2017
PESSOAL	1.191.298	1.264.013	6,1	3,2	72.715
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	257.745	318.690	23,6	20,2	60.945
FINANCIAMENTO FUNDAP	73.777	57.216	-22,4	-24,6	-16.560
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	55.657	58.331	4,8	1,9	2.673
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	-	-	-	-	-
PAGAMENTO DO PASEP	17.992	17.548	-2,5	-5,2	-444
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	11.163	22.787	104,1	98,5	11.624
Total	1.607.632	1.738.585	8,1	5,2	130.954

Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

Nota:

O aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.



4 – Despesa Total (PODER EXECUTIVO)

A Despesa com Recursos de Caixa apresentou um aumento real de **7,0%** até o primeiro bimestre de 2018, comparada ao mesmo período de 2017.

Tabela 8: Despesa Liquidada - Poder Executivo / Recursos de Caixa

ESPECIFICAÇÃO	Até Fevereiro 2017	Até Fevereiro 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2018/2017
PESSOAL	771.256	821.532	6,5	3,6	50.276
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	187.882	256.174	36,3	32,6	68.292
FINANCIAMENTO FUNDAP	73.777	57.216	-22,4	-24,6	-16.560
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	54.836	57.456	4,8	1,9	2.620
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	-	-	-	-	-
PAGAMENTO DO PASEP	13.205	12.738	-3,5	-6,2	-467
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	1.213	7.619	528,2	510,8	6.406
Total	1.102.169	1.212.735	10,0	7,0	110.567

Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

Nota:

O aporte destinado a Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS está incluído nas Despesas com Pessoal.



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

As tabelas 9 e 9.1 apresentam as principais despesas com pessoal por fonte (recursos de caixa e todas as fontes, respectivamente).

Tabela 9: Despesa Liquidada com Pessoal e Encargos - Recurso de Caixa - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	Até Fevereiro 2017	Até Fevereiro 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2018/2017
Ativos - Vencimentos e Salários	333.742	315.700	-5,4	-8,0	-18.042
Efetivos	315.002	295.017	-6,3	-8,9	-19.985
Comissionados	18.740	20.683	10,4	7,3	1.943
Designação Temporária	60.205	92.459	53,6	49,3	32.254
Contribuição Patronal/Aporte	329.950	359.058	8,8	5,8	29.108
Outras Despesas de Pessoal	47.360	54.315	14,7	11,5	6.955
Pessoal e Encargos	771.256	821.532	6,5	3,6	50.276
Precatórios	-	-	-	-	-
Total da Despesa de Pessoal e Precatórios	771.256	821.532	6,5	3,6	50.276

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

Tabela 9.1: Despesa Liquidada com Pessoal e Encargos - Todas as Fontes - Poder Executivo

ESPECIFICAÇÃO	Até Fevereiro 2017	Até Fevereiro 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)	R\$ Mil
					Variação 2018/2017
Ativos - Vencimentos e Salários	341.240	323.877	-5,1	-7,7	-17.363
Efetivos	320.538	301.151	-6,0	-8,6	-19.387
Comissionados	20.702	22.726	9,8	6,7	2.024
Designação Temporária	60.239	93.024	54,4	50,2	32.785
Contribuição Patronal/Aporte	334.719	364.238	8,8	5,8	29.519
Outras Despesas de Pessoal	455.101	482.874	6,1	3,2	27.774
Pessoal e Encargos	1.191.298	1.264.013	6,1	3,2	72.715
Precatórios	-	-	-	-	-
Total da Despesa de Pessoal e Precatórios	1.191.298	1.264.013	6,1	3,2	72.715

Fonte: SIGEFES

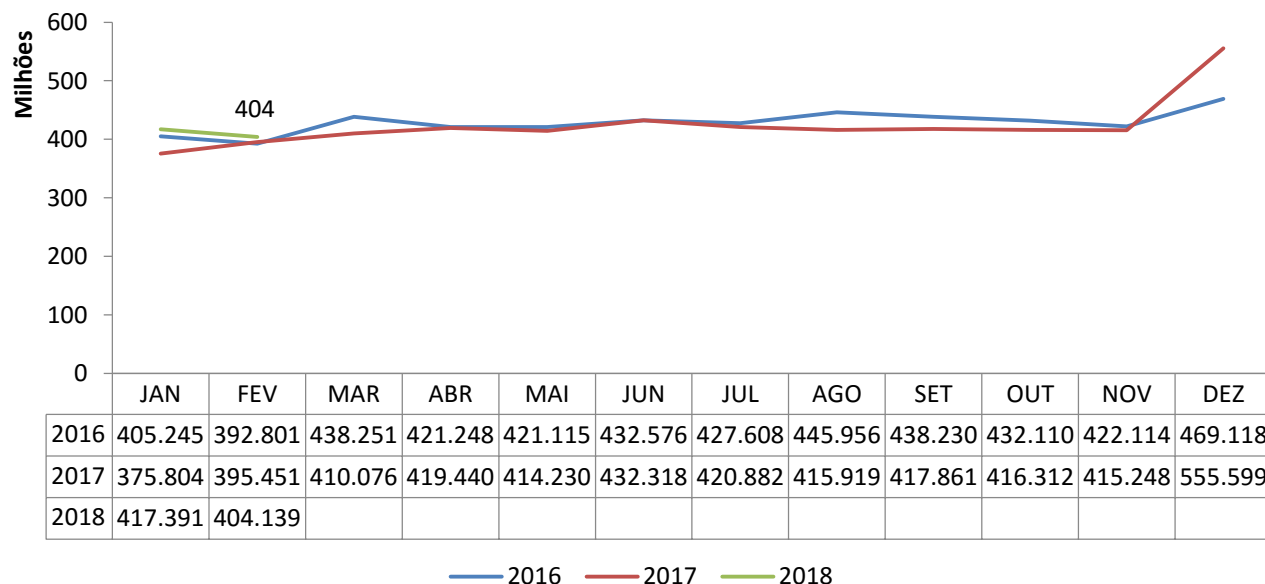
Elaboração: SEFAZ



5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

O baixo valor da despesa com pessoal, característico do início do exercício, é decorrente, principalmente, do encerramento de contratos de designação temporária do Magistério, da Saúde e Segurança Pública.

Gráfico 3 – Despesa com Pessoal e Encargos – Recurso de Caixa – Poder Executivo

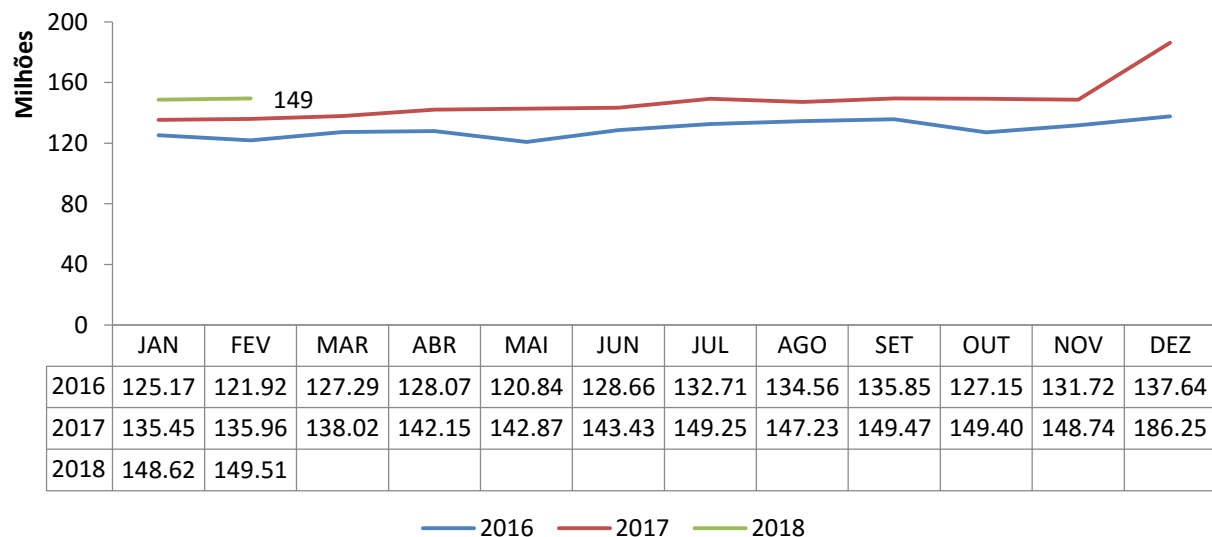


	R\$ milhões
Janeiro a Fevereiro 2018	822
Janeiro a Fevereiro 2017	771
Janeiro a Fevereiro 2016	798

5 – Despesa com Pessoal e Precatórios (PODER EXECUTIVO)

Os gráficos abaixo apresentam os valores aplicados na Contribuição Previdenciária para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS, conhecido como Aporte, tanto no Poder Executivo como para os outros Poderes.

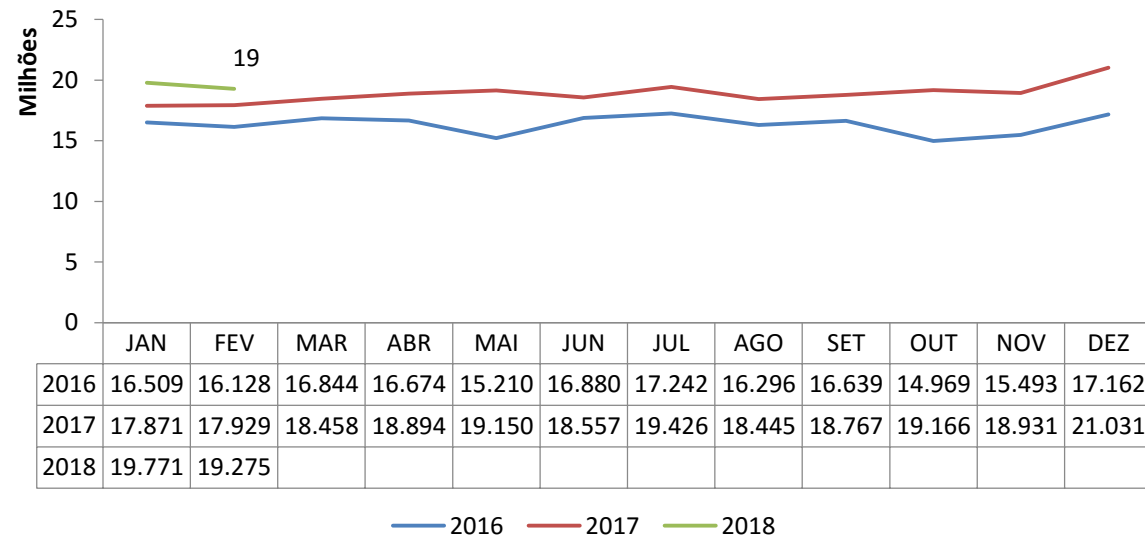
Gráfico 4 – Aporte para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS – Poder Executivo



Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

Aporte são despesas orçamentárias destinadas à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, utilizado para pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Financeiro.

Gráfico 5 – Aporte para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS – Outros Poderes



Fonte: SIGEFES
Elaboração: SEFAZ

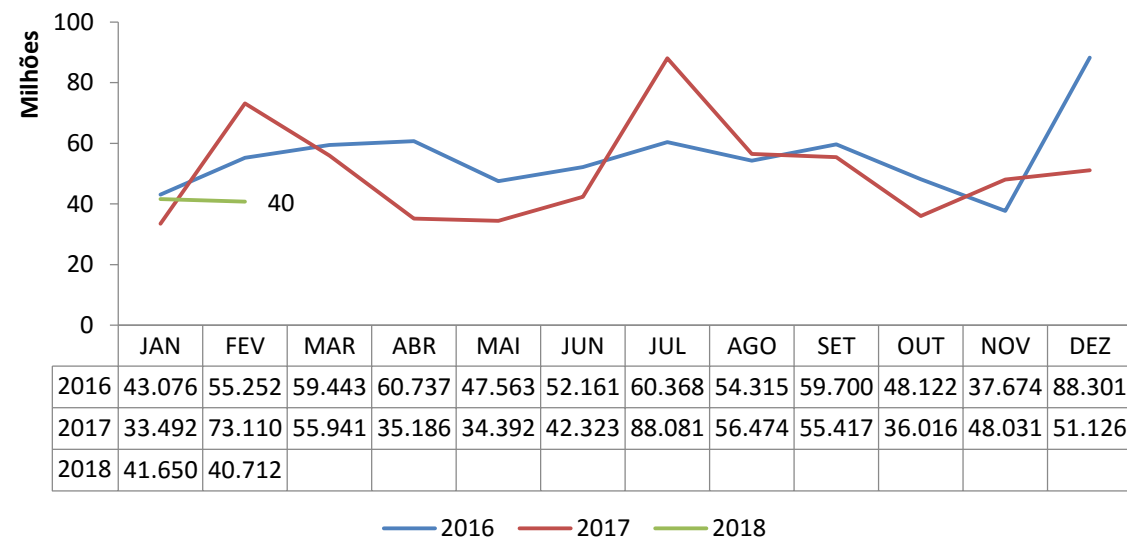


5 – Despesa com Pessoal e Precatórios(PODER EXECUTIVO)

O Fluxo de Receitas e Despesas do Fundo Previdenciário que, criado em 2004, encontra-se no período de acumulação, com mais contribuições recebidas do que benefícios a serem pagos, apresentou queda nominal de **-23%** no primeiro bimestre de 2018.

	R\$ milhões
Janeiro a Fevereiro 2018	82
Janeiro a Fevereiro 2017	107
Janeiro a Fevereiro 2016	98

Gráfico 6 – Fluxo Fundo Previdenciário



Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ



6 – Despesa com Custeio (PODER EXECUTIVO)

A tabela 10 apresenta a evolução das despesas de Custeio do Poder Executivo com recursos de Caixa.

	R\$ milhões
Janeiro a Fevereiro 2018	269
Janeiro a Fevereiro 2017	201
Janeiro a Fevereiro 2016	181

Tabela 10: Outras Despesas Correntes - Recurso de Caixa - Poder Executivo

CUSTEIO	Até Fevereiro	Até Fevereiro	Variação	Variação	Variação
	2017	2018	Nominal (%)	Real (%)	2018/2017
SERVIÇOS DE SAÚDE (serviços médicos/leitos/contratualização/cooperativas)	84.178	94.859	12,7	9,6	10.681
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO/MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	9.625	10.910	13,3	10,2	1.284
TRANSCOL SOCIAL/GERENCIAMENTO	12.047	14.604	21,2	17,9	2.557
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	8.291	8.268	-0,3	-3,0	-23
TRANSPORTE ESCOLAR	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO PRISIONAL	6.997	6.590	-5,8	-8,4	-407
SENTENÇAS JUDICIAIS/SAÚDE	3.325	11.359	241,6	232,2	8.034
CAIXA ESCOLAR/APAE/PESTALOZZI/OUTRAS SUBVENÇÕES	-	-	-	-	-
MEDICAMENTOS DESTINADOS A ASSISTENCIA SOCIAL	4.090	2.238	-45,3	-46,8	-1.853
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	12.729	-	-	12.729
ENERGIA ELÉTRICA	3.001	3.492	16,4	13,2	491
SERVIÇOS APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL	2.708	1.257	-53,6	-54,9	-1.451
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS/TI	1.039	2.074	99,6	94,1	1.035
SERVIÇOS DE PREPARO/FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	0,44	-	-	-	-0,44
TELECOMUNICAÇÕES	1.495	394	-73,6	-74,4	-1.101
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	189	68	-64,0	-65,0	-121
NOSSABOLSA	3.467	1.900	-45,2	-46,7	-1.567
CONCESSÃO FAÇA FÁCIL	1.659	1.668	0,5	-2,3	8
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS/CONDOMÍNIOS	2.102	1.962	-6,6	-9,2	-140
ÁGUA E ESGOTO	2.121	2.313	9,1	6,1	192
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	-	-	-	-	-
SERVIÇOS EDUCACIONAIS/SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	158	124	-21,6	-23,8	-34
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS - GASOLINA	1.601	1.813	13,2	10,1	212
MATERIAL HOSPITALAR	375	535	42,6	38,7	160
ESTAGIÁRIOS	2.310	1.831	-20,7	-22,9	-479
LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE	825	1.074	30,1	26,5	248
MATERIAL FARMACOLÓGICO	303	444	46,7	42,7	141
LOCAÇÃO/MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.290	1.229	-4,8	-7,4	-61
AUXÍLIOS A PESSOAS FÍSICAS	82	366	347,4	335,0	284
AUXÍLIO-FARDAMENTO	1.555	1.268	-18,4	-20,7	-287
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.769	18.681	955,8	926,6	16.912
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO EM GERAL	794	942	18,6	15,3	147
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - MEDICAMENTOS	1.675	1.860	11,0	8,0	185
MEPES ¹	1.191	1.962	64,8	60,2	771
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	26.999	43.643	61,6	57,2	16.644
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	621	3.719	498,7	482,2	3.098
TOTAL	187.882	256.174	36,3	32,6	68.292
PASEP	13.205	12.738	-3,5	-6,2	-467
TOTAL GERAL	201.087	268.912	33,7	30,0	67.825

1- Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo (MEPES):Transf. a Instit. Privadas sem fins Lucrativos de Substit. de Mão-de Obra e Demais Serviços.

Fonte: SIGEFES

Elaboração: SEFAZ



7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

A Dívida Pública Contratual do Estado é composta por contratos de operações de crédito internas e externas, parcelamento de dívidas previdenciárias e de refinanciamentos de dívidas com a União, que representam, particularmente, o principal componente da dívida.

Tabela 11: Serviço da Dívida

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DA DÍVIDA	Até Fevereiro 2017	Até Fevereiro 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Parcelamento de Dívidas da Administração Indireta	880	1.052	19,5	16,2
PRODEST/CEASA	880	1.052	19,5	16,2
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	43.693	45.118	3,3	0,4
CEF	10.537	4.451	-57,8	-58,9
BNDES	13.695	12.940	-5,5	-8,1
União - Refinanciamento	4.419	12.370	179,9	172,2
Lei 9496	1.303	9.234	608,6	589,0
Refinanciamento	608	9.234	1.418,0	1.376,0
Saneamento	695	-	-100,0	-100,0
Cohab	3.116	3.136	0,6	-2,1
Baneses	9.717	9.683	-0,3	-3,1
Parcelamentos: INSS e PASEP	5.324	5.674	6,6	3,6
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	11.084	9.692	-12,6	-15,0
BID	10.775	9.443	-12,4	-14,8
BIRD	309	249	-19,7	-21,9
Serviço da Dívida Pública Contratual	55.657	55.861	0,4	-2,4

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Valores Pagos



7 – Despesa com a Dívida Pública Contratual (PODER EXECUTIVO)

Nota Explicativa: A diminuição real de 2,4% nos gastos com o valor pago em serviço da dívida pública até fevereiro de 2018, na comparação com o mesmo período de 2017, decorreu em virtude dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 156 de 2016, além da queda na taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, indexador dos custos financeiros dos contratos de dívida interna do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do CEF - FINISA, teve no período comparativo uma diminuição de 10% (passando de 7,5% a.a para 6,75% a.a).

Tabela 12: Despesa com Serviço da Dívida

	R\$ Mil			
DÍVIDA PÚBLICA CONTRATUAL	Até Fevereiro 2017	Até Fevereiro 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
Valor Liquidado em serviço da Dívida Pública	55.657	55.861	0,4	-2,4
Principal	38.826	34.347	-11,5	-14,0
Juros e Encargos	16.831	21.515	27,8	24,3
Dívida Contratual Interna - Administração Direta	43.693	45.118	3,3	0,4
Principal	28.835	25.857	-10,3	-12,8
Juros e Encargos	14.858	19.261	29,6	26,1
Dívida Contratual Externa - Administração Direta	11.084	9.692	-12,6	-15,0
Principal	9.378	7.877	-16,0	-18,3
Juros e Encargos	1.706	1.815	6,4	3,4
Administração Indireta	880	1.052	19,5	16,2
Principal	613	613	0,0	-2,8
Juros e Encargos	267	438	64,3	59,7

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Valores Pagos



8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 13: Limites de Gasto com Pessoal e Encargos

Últimos 12 meses	RCL (R\$ Mil)	Despesa de Pessoal (R\$ Mil)	% Despesa de Pessoal/RCL
LRF	12.328.055	5.323.258	43,2%
Limite Máximo da RCL %		49,0	
Limite Prudencial da RCL %		46,5	
Limite de Alerta %		44,1	

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



8 – Limites Legais: Pessoal, Dívida Pública, Op. de Crédito e Aplicações Mínimas (PODER EXECUTIVO)

Tabela 14: Aplicação Mínima em Saúde e Educação

PERÍODO	Até Fevereiro	Até Fevereiro
	2017	2018
	%	%
Aplicação em Saúde (Mínimo 12%)	14,1	14,9
Aplicação em Educação (Mínimo 25%)	23,2	23,6

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Tabela 15: Limites sobre a Receita

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	Até Fevereiro/2018		
	Valores	% Efetivo Limites	Teto
Receita Corrente Líquida:	12.328.055		
Saldo Devedor da Dívida Consolidada Líquida (até 200%)	1.484.834	12,0%	24.656.110
Operação de Crédito no Exercício (até 16%)	55	0,0%	1.972.489

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL



RESULTADO DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL

O Resultado do Setor Público Estadual possui um conceito mais abrangente, pois inclui dados não somente do Poder Executivo, como também dos outros Poderes, suas receitas e despesas, receitas de operação de crédito, receitas próprias das autarquias, fundos, entre outras informações.

Nesta seção serão apresentados os dados dos Resultados Primário e Nominal e um acompanhamento das Metas fixadas para o exercício de 2018.



1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Resultado Primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do Governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas financeiras.

É uma indicação de quanto o Estado economizou ao longo de um período, com vistas ao pagamento dos encargos financeiros.



1 – Resultado Primário (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Resultado Primário		R\$ Mil		
DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Até Fevereiro 2017	Até Fevereiro 2018	Variação Nominal (%)	Variação Real (%)
RECEITA TOTAL	2.498.797	2.637.013	5,5	2,6
DEDUÇÕES	160.859	93.723	-41,7	-43,3
Aplicações Financeiras	143.172	93.655	-34,6	-36,4
Operações de Crédito	15.313	55	-99,6	-99,7
Alienação de Bens	2.374	13	-99,4	-99,5
RECEITA PRIMÁRIA (1)	2.337.938	2.543.290	8,8	5,8
DESPESA TOTAL	1.874.959	2.006.633	7,0	4,1
DEDUÇÕES	55.657	58.331	4,8	1,9
Juros e Encargos da Dívida	16.831	23.984	42,5	38,6
Amortização da Dívida	38.826	34.347	-11,5	-14,0
DESPESA PRIMÁRIA (2)	1.819.302	1.948.302	7,1	4,1
RESULTADO PRIMÁRIO (1 - 2)	518.636	594.988		

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ

Se Positivo

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Poupança antes de pagar
as Obrigações Financeiras

Se Negativo

DÉFICIT PRIMÁRIO

Obrigações Financeiras a
descoberto



2 – Resultado Nominal (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Corresponde a variação total da dívida fiscal líquida de um determinado período. Até o primeiro bimestre de 2018, houve uma redução na dívida fiscal líquida de R\$ 622 milhões.

Resultado Nominal do Estado		R\$ Mil	
DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 28/02/2018	
DÍVIDA CONSOLIDADA	6.752.253	6.718.160	
DEDUÇÕES	4.638.173	5.233.326	
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.930.258	3.345.705	
Demais Haveres Financeiros	1.987.602	1.982.511	
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	279.687	94.890	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2.114.081	1.484.834	
PASSIVOS RECONHECIDOS	515.730	508.828	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	1.598.351	976.006	
RESULTADO NOMINAL NO PERÍODO		-622.345	

Fonte: GECOG/SEFAZ
Elaboração: SEFAZ

SE POSITIVO

Dívida Fiscal Líquida
aumentou

SE NEGATIVO

Dívida Fiscal Líquida
diminuiu



3 – Acompanhamento das Metas Fiscais (SETOR PÚBLICO ESTADUAL)

Quadro de Acompanhamento de Metas Fiscais

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Até Fevereiro 2017	Até Fevereiro 2018	Meta LDO 2018
RESULTADO PRIMÁRIO	518.636	594.988	-831.455
RESULTADO NOMINAL	-795.767	-622.345	861.828

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



ANEXO I

PAINEL DOS RESULTADOS DO TESOURO ESTADUAL



ANEXO I



1 – Painel dos Resultados do Tesouro Estadual

O Painel dos Resultados do Tesouro Estadual apresenta de forma sintética um panorama geral e abrangente das Finanças do Estado, abordando a evolução das Receitas e o comportamento das Despesas. Demonstra, ainda, os principais indicadores de Resultados do Tesouro, as Despesas de Pessoal como proporção da Receita Corrente Líquida e os mínimos constitucionais de aplicação em Saúde e Educação.



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria da Fazenda



Em R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADO 2018	REALIZADO 2018	REALIZADO - ATÉ FEV 2017	2018/2017 %	
		ACUMULADO 2018		NOMINAL	REAL
1. RECEITA TOTAL	16.870.875	2.637.013	2.498.797	5,5%	2,6%
1.1 RECEITAS DE IMPOSTOS E TAXAS	10.845.087	1.889.173	1.744.832	8,3%	5,3%
ICMS - Exceto FUNDAP	8.358.814	1.557.944	1.426.153	9,2%	6,2%
ICMS FUNDAP	467.645	79.119	84.007	-5,8%	-8,4%
TAXAS	690.785	84.283	75.936	11,0%	7,9%
IRRF	609.515	91.141	95.266	-4,3%	-7,0%
IPVA	473.606	39.417	28.389	38,8%	35,0%
DÍVIDA ATIVA, JUROS, MULTAS E CORREÇÃO MONETÁRIA	177.916	28.764	25.095	14,6%	11,4%
ITCD	66.806	8.504	9.985	-14,8%	-17,2%
1.2 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	5.093.121	966.738	878.616	10,0%	7,0%
COTA-PARTE ROYALTIES E PART. ESPECIAL	1.391.336	334.564	311.968	7,2%	4,3%
COTA-PARTE DO FPE	1.454.690	275.878	251.786	9,6%	6,5%
RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO - FNDE / FUNDEB	961.268	171.177	153.182	11,7%	8,7%
RECURSOS PARA A SAÚDE - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	637.470	95.549	99.012	-3,5%	-6,2%
COTA-PARTE DO IPI	228.935	40.115	35.724	12,3%	9,2%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	298.940	39.276	16.552	137,3%	130,7%
AUXÍLIO FINANCEIRO - FEX E LEI KANDIR	120.482	10.179	10.392	-2,1%	-4,8%
1.3 RECEITAS DO INST. DE PREVIDÊNCIA JERÔNIMO MONTEIRO	3.312.391	458.109	458.693	-0,1%	-2,9%
RECEITA PARA COBERTURA DO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO	1.982.451	305.478	274.651	11,2%	8,1%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - EMPREGADOR	623.004	55.768	60.454	-7,8%	-10,3%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - EMPREGADO	391.893	38.990	41.857	-6,9%	-9,4%
REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA (IPAJM)	315.043	57.874	81.731	-29,2%	-31,1%
1.4 OUTRAS RECEITAS (VOLUNTÁRIAS E OUTRAS)	689.922	109.451	121.198	-9,7%	-12,2%
1.5 RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.328.830	55	15.313	-99,6%	-99,7%
1.6 (-) RECEITAS TRANSFERIDAS	4.398.475	786.514	719.854	9,3%	6,2%
REPASSE CONSTITUCIONAL AOS MUNICÍPIOS	2.660.411	467.425	426.675	9,6%	6,5%
APORTE DE RECURSOS PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	1.738.064	319.089	293.179	8,8%	5,8%
1.A - RECEITAS VINCULADAS	6.316.670	692.534	719.716	-3,8%	-6,4%
1. B - RECEITA DE CAIXA DO TESOURO ESTADUAL	10.554.205	1.944.479	1.779.081	9,3%	6,3%

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria da Fazenda



Em R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADO 2018	REALIZADO 2018	REALIZADO - ATÉ FEV 2017	2018/2017 %	
		ACUMULADO 2018		NOMINAL	REAL
2. DESPESA DE CAIXA	10.554.205	1.507.030	1.383.846	8,9%	5,9%
2.1 DESPESA DE CAIXA - REPASSE DE DUODÉCIMOS AOS PODERES	1.765.762	294.295	281.677	4,5%	1,6%
2.2 DESPESA DE CAIXA - PODER EXECUTIVO*	8.788.443	1.212.735	1.102.169	10,0%	7,0%
PESSOAL (exceto Precatórios e Aporte)	3.335.448	523.384	499.836	4,7%	1,8%
APORTE PREVIDENCIÁRIO	1.966.592	298.148	271.420	9,8%	6,8%
OUTRAS DESP. CORRENTES - Exercício Atual	1.983.556	252.455	187.261	34,8%	31,1%
OUTRAS DESP. CORRENTES - Exercícios Anteriores	5.084	3.719	621	498,7%	482,2%
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA (Exceto FUNDAP)	127.544	7.619	1.213	528,2%	510,8%
FINANCIAMENTO FUNDAP	330.969	57.216	73.777	-22,4%	-24,6%
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	701.488	57.456	54.836	4,8%	1,9%
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	0	0	0	-	-
PAGAMENTO DO PASEP	91.422	12.738	13.205	-3,5%	-6,2%
2.3 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	246.340	0	0		
3. RESULTADOS					
3.1 PODER EXECUTIVO					
RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL	-0	437.449	395.236	10,68%	7,6%
3.2 SETOR PÚBLICO ESTADUAL					
RESULTADO PRIMÁRIO (Meta LDO 2018: R\$ - 831.455 mil)		594.988	518.636	14,7%	11,5%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO TOTAL		630.380	623.838	1,0%	-1,7%
RESULTADO NOMINAL (Meta LDO 2018: R\$ 861.828 mil)		-622.345	-795.767	21,8%	24,0%
4. INDICADORES					
INVEST./INVER. FINANC. exceto financ. FUNDAP/FUNSAF (Rec. de todas as fontes)		22.954	11.430	101%	95%
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (Conceito LRF - 12 meses)		5.323.258	5.154.954	3,3%	0,4%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (Conceito LRF - 12 meses)		12.328.055	12.031.337	2,5%	-0,4%
RELAÇÃO DESPESA DE PESSOAL/ RCL		43,18	42,85		
RELAÇÃO DESPESA DE PESSOAL/ RCL - Método TCEES		45,03	44,50		
APLICAÇÃO EM SAÚDE (Mínimo 12%)		14,94%	14,05		
APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO (Mínimo 25%)		23,59%	23,19		

Fonte: GECOG/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Contratual Interna e Externa do Estado

Em R\$ Mil

DÍVIDA CONSOLIDADA CONTRATUAL INTERNA E EXTERNA

DISCRIMINAÇÃO / CREDOR	BASE LEGAL	DENOMINAÇÃO DA OPERAÇÃO	ADM DIRETA OU INDIRETA	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.16) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.17) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 28.02.18) - R\$	SALDO A LIBERAR (POSIÇÃO EM 31.12.17) R\$	CORREÇÃO DO SALDO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	
				INÍCIO	TÉRMINO							
I - REFINANCIAMENTO												
UNIÃO												
	Lei n.º 5.293/96 e 5.388/97 Lei n.º 10.767/17 - Aditivo ao ct.	Lei n.º 9.496/97 Aditivos 4º e 6º/2017, ao amparo da LC 148/14 e 156/16.	D	31/03/1998	30/03/2048	PRICE	1.284.702	1.376.360	1.386.464		CAM	
	Lei n.º 7.546/03	LEI 8727/93 - COHAB ES	D	30/12/2003			882.358	926.253	933.006			
		6050-62	D	01/10/1986	01/05/2018	PRICE/PES	360.903	389.775	394.420		T.R	
		6740-03	D	01/12/1984	01/05/2018	PRICE/PES	30.244	31.932	32.191		T.R	
		6741-17	D	01/09/1989	01/05/2018	PRICE/PES	6.620	6.725	6.736		T.R	
		6742-21	D	01/08/1988	01/07/2018	PRICE/PES	106.465	109.308	109.681		T.R	
		7656-06	D	01/05/1985	01/05/2018	PRICE/PES	11.729	11.902	11.919		T.R	
		9450-63	D	01/03/1986	01/05/2018	PRICE/PES	12.682	13.354	13.457		T.R	
		10166-11	D	01/09/1988	01/07/2018	PRICE/PES	200.305	216.679	219.322		T.R	
		10584-70	D	01/11/1986	01/05/2018	PRICE/PES	43.787	46.600	47.040		T.R	
		12552-25	D	01/08/1985	01/05/2018	PRICE/PES	36.517	37.910	38.110		T.R	
		8556-17	D	01/09/1988	01/05/2018	PRICE/PES	25.550	27.637	27.974		T.R	
		25005-83	D	01/01/1991	01/05/2018	PRICE/PES	9.855	10.409	10.494		T.R	
		436633-77N (FIN 4946-34)	D	01/05/2014	01/04/2019	PRICE	19.713	11.557	10.146		T.R	
		398759-78N (FIN 12844-15)	D	01/12/2012	01/11/2017	PRICE	43				T.R	
		0450418-56 (FIN 17281-16)	D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	3.008	2.107	1.948		T.R	
		0450435-64 (FIN 17282-31)	D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	1.437	1.007	931		T.R	
		0450557-48 (FIN 17283-57)	D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	2.305	1.615	1.494		T.R	
		0450567-64 (FIN 17675-87)	D	01/02/2016	01/01/2020	PRICE	753	519	479		T.R	
		449675-57 (FIN 6746-55)	D	01/01/2016	01/12/2019	PRICE	383	257	235		T.R	
		0453132-64 (FIN. 3398-80)	D	01/03/2016	01/02/2020	PRICE	4.326	2.993	2.765		T.R	
		0453136-00 (FIN 7274-81)	D	01/03/2016	01/02/2020	PRICE	5.735	3.967	3.665		T.R	
TOTAL REFINANCIAMENTO I							2.167.060	2.302.613	2.319.469			

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria da Fazenda



Em R\$ Mil

**DÍVIDA CONSOLIDADA CONTRATUAL INTERNA E
EXTERNA**

DISCRIMINAÇÃO / CREDOR	BASE LEGAL	DENOMINAÇÃO DA OPERAÇÃO	ADM DIRETA OU INDIRETA	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.16) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 31.12.17) - R\$	SALDO DEVEDOR (POSIÇÃO EM 28.02.18) - R\$	SALDO A LIBERAR (POSIÇÃO EM 31.12.17) R\$	CORREÇÃO DO SALDO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	
				INÍCIO	TÉRMINO							
II - FINANCIAMENTO INTERNO												
Caixa Econômica Federal - CEF	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA I	D	23/06/2006	19/11/2027	PRICE	1.334	1.301	1.285	131	TR	
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA II	D	23/06/2006	19/09/2028	PRICE	1.112	1.051	1.040	273	TR	
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA III	D	23/06/2006	19/08/2028	PRICE	2.377	2.248	2.223	1.275	TR	
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA IV	D	23/06/2006	19/11/2028	PRICE	3.289	3.209	3.174	345	TR	
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA V	D	23/06/2006	19/03/2028	PRICE	583	549	542	1.194	TR	
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA VI	D	23/06/2006	19/03/2028	PRICE	2.097	1.974	1.951	456	TR	
	Lei n.º 8.264/06	PRO MORADIA VII	D	23/06/2006	19/02/2028	PRICE	1.870	1.759	1.738	1.635	TR	
		ISMAP - Campo Grande	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE				674	71.791	TR
	Lei n.º 10.025/2013	ISMAP - Canal da Costa	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE				620	71.877	TR
		ISMAP - Canal Guaranhuns	D	31/07/2013	01/09/2035	PRICE	2.186	2.217		967	71.524	T.R
Lei n.º 9.914/2012 e Lei	FINISA - Resolução CMN 4109/12	D	15/01/2018	15/11/2042	SAC	374.088	354.369	352.801			Δ URTJLP	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	Lei n.º 8.755/07 e	Saúde	D	25/09/2009	15/10/2019	SAC	66.157	43.270	39.382	8.426	Δ URTJLP	
	Lei n.º 9.004/08	TRANSCOL IV	D	20/05/2010	15/06/2020	SAC	83.348	60.177	56.230		Δ URTJLP	
	Lei n.º 9.593/2010	BRT- GRANDE VITÓRIA	D	14/05/2012	15/05/2032	SAC	59.502	56.243	55.658	482.354	Δ URTJLP	
	Lei n.º 9.874/12	PROPAAE	D	07/12/2012	15/12/2034	SAC	2.339.150	2.364.399	2.367.161	691.317	Δ URTJLP	
	Lei n.º 9.374/09	Estados	D	20/05/2010	15/06/2020	SAC	40.085	28.941	27.043		Δ URTJLP	
TOTAL FINANCIAMENTO INTERNO						2.977.178	2.921.707	2.912.490	1.402.596			
II - FINANCIAMENTO EXTERNO												
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	Lei 10.186/2014	Projeto Estado Presente	D	28/12/2017	15/11/2041	SAC				181.681	DÓLAR	
	Lei n.º 6.731/01	PRES II - Programa Rodoviário do ES	D	28/03/2006	20/01/2026	SAC	151.711	137.778	127.200		DÓLAR	
	Lei n.º 8.996/2008	PRES III- Programa Rodoviário do ES	D	21/11/2011	15/12/2036	SAC	481.861	527.210	517.153	24.654	DÓLAR	
	Lei n.º 9.072/08	PROFAZ	D	05/11/2010	15/04/2030	SAC	34.550	51.378	50.398		DÓLAR	
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	Lei n.º 7.728/93	Projeto Águas Limpas	D	10/11/2004	15/05/2021	SAC	43.939	34.667	34.005		DÓLAR	
	Lei n.º 8.860/08	Projeto Águas Limpas - 2ª ETAPA	D	17/09/2009	15/09/2038	SAC	189.916	184.014	180.504		DÓLAR	
	Lei 10.050/2013	Projeto Gestão Integrada de Águas e	D	28/09/2015	15/08/2038	CUSTOMIZADO	18.091	25.950	25.455	232.726	DÓLAR	
TOTAL FINANCIAMENTO EXTERNO						920.068	960.997	934.716	439.061			
III - DEMAIS DÍVIDAS												
Fundação Banestes de Seguridade Social -	Lei n.º 5527/97	Assunção de dívidas junto à	D	29/06/1998	30/11/2018	PRICE	104.384	51.207	42.656		IGP-DI	
IV - PARCELAMENTO E RENEGOCIAÇÃO												
PASEP	LEI n.º 12.180/12	PASEP / GEES	D	20/07/2013	20/05/2032	SAC	347.355	324.765	321.001			
INSS		Previdenciário / CEASA	I	20/07/2003	20/06/2018	SAC	1.193	1.193	1.193			
INSS		Previdenciário / PRODEST	I	20/07/2003	20/06/2018	SAC	294	98	65			
PASEP		PASEP / IPAJM	I	31/07/2003	30/03/2016	SAC			49.379			
TOTAL PARCELAMENTO E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS							348.842	326.057	371.638			
TOTAL GERAL I+II+III+IV							6.517.533	6.562.580	6.580.969			

Obs.:

1. A dívida junto ao PASEP do IPAJM não é considerada como dívida consolidada.
2. Os parcelamentos do PASEP e INSS não possuem atualização monetária.

Fonte: SUDIP/SEFAZ

Elaboração: SEFAZ



SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Bruno Funchal

SUBSECRETÁRIO DO TESOURO ESTADUAL

Gustavo Lisboa Cruz

GERENTE DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO

Bruno Pires Dias

GERENTE GERAL DE FINANÇAS DO ESTADO

Daniel Correa

GERENTE DE POLÍTICA FISCAL E DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO

Marco Antonio Rocha Lima Guilherme

SUBGERENTE DE POLÍTICA FISCAL

Ighor David Dias

SUBGERENTE DE INFORMAÇÕES FISCAIS E CONTABILIDADE DE CUSTO

Alan Johanson

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Assessoria Técnica Fazendária

Marcos Antonio Bragatto

Pedro de Oliveira

Subgerência de Política Fiscal

Alexandre Viana Gebara

Amílcar José Carvalho

Rudisom Rodrigues de Paula

RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL é uma publicação periódica da Subsecretaria do Tesouro Estadual, elaborada pela Assessoria Técnica Fazendária e pela Gerência de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado. Para garantir a atualidade da divulgação deste relatório, informamos que os dados estão sujeitos a revisão.